



Relatório e Contas do Exercício de 2023



CONTEÚDO

Relatório de Atividades	4
Balanço	20
Demonstração dos Resultados por Naturezas	21
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	22
Demonstração de Fluxos de Caixa	24
Anexo às Demonstrações Financeiras	25
Certificação Legal das Contas	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
BALANÇO	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	22
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	24
ANEXO	25
1. Identificação da Entidade	25
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	25
3. Principais Políticas Contabilísticas	26
3.1. Bases de Apresentação	26
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	27
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	34
5. Ativos Fixos Tangíveis	35
6. Ativos Intangíveis	36
7. Financiamentos Obtidos	36
8. Rédito	37
9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias	37
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	37
11. Imposto sobre o Rendimento	38
12. Benefícios dos empregados	38
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	39
14. Outras Informações	39
14.1. Investimentos Financeiros	39
14.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	40
14.3. Clientes e Utentes	40
14.4. Outros créditos a receber	41
14.5. Caixa e Depósitos Bancários	41
14.6. Fundos Patrimoniais	41
14.7. Fornecedores	42
14.8. Estado e Outros Entes Públicos	43
14.9. Diferimentos	43
14.10. Outras Dívidas a Pagar	43
14.11. Subsídios, doações e legados à exploração	44
14.12. Fornecimentos e serviços externos	44
14.13. Outros rendimentos	45
14.14. Outros gastos	45
14.15. Resultados Financeiros	45
14.16. Acontecimentos após data de Balanço	46



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Através do presente relatório de gestão, vem a Associação da sociedade dar conhecimento aos Associados e terceiros com os quais a sociedade se relaciona, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, no exercício de 2023.

Assim:

1. INTRODUÇÃO

O presente documento sintetiza e contextualiza o conjunto de atividades desenvolvidas no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023 da MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação.

Começando por contextualizar o âmago desta instituição importa, por um lado, relembrar que a mesma foi criada por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, da PROFISOUSA - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa e da AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira; Trata-se de uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e que tem como missões a promoção do empreendedorismo, o apoio à criação e à incubação de empresas, bem como a implementação do plano estratégico. Por outro lado, é de salientar que é através da Moveltex que se concretiza um modelo de articulação institucional que estimula a eficiência de projetos públicos e associativos direcionados ao tecido empresarial, seja através das decisões dos seus órgãos, através das suas ações próprias ou de outras que envolvem a Câmara Municipal, Associação Empresarial, Profisousa, entre outras instituições e empresas.

Cumprindo as missões que lhe estão atribuídas, a direção da Moveltex respondeu aos desafios propostos pelas instituições que fazem parte do seu património associativo e executou com um elevado grau o conjunto das ações a que se havia proposto realizar durante o ano de 2023.

No presente relatório e no ponto seguinte descrevem-se as atividades, que foram desenvolvidas ao longo do ano de 2023 e que se organizam em torno dos seguintes pontos:

- Gestão e administração;
- Plano Estratégico - Coordenação
- Apoio técnico ao centro de investigação, tecnologia e inovação;
- Incubação e empreendedorismo
- Ano Municipal da Economia
- Apoio às empresas, empreendedores e investidores;

Tendo em conta as anteriormente referidas missões e a natureza das atividades que lhe cabe executar (que, embora sendo de interesse público e/ou associativo, não são suscetíveis de gerar receita - é exceção a incubadora), a Moveltex celebrou com o Município, enquanto parte interessada, um contrato programa em que se definia o conjunto de atividades a desenvolver, bem como os direitos e obrigações das partes. Contrato esse que permitiu o desenvolvimento de tais atividades, garantindo um equilíbrio nas contas da instituição.

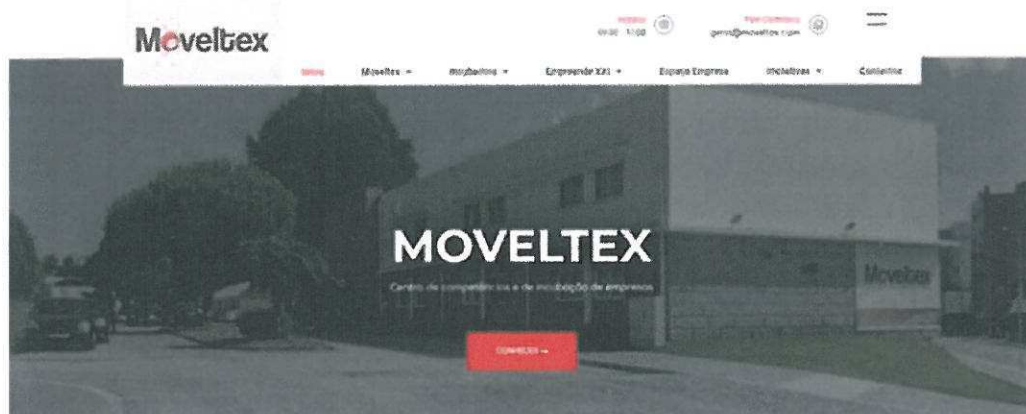
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito à gestão e administração da instituição, a Moveltex assegurou o regular funcionamento das suas infraestruturas; a gestão administrativa, financeira e económica, fazendo todas as diligências administrativas que decorreram das atividades desenvolvidas ao longo do ano e outras que se apresentaram como necessárias ao regular funcionamento da Moveltex; geriu a relação com os parceiros da instituição e/ou que se associaram a trabalhos no âmbito do plano estratégico, operacionalizou a comunicação interna e externa, fez os procedimentos necessários de contratação pública e cumpriu as suas obrigações (legais, fiscais, etc.).

O domínio da comunicação merece aqui neste relatório um especial detalhe, uma vez que a Moveltex é uma organização instrumental ao serviço das instituições que a constituíram e, por conseguinte, ao serviço da comunidade (e, em particular, da comunidade empresarial); mas também porque está sujeita a um conjunto de obrigações institucionais em termos de comunicação, designadamente através do seu site, através do qual é dado cumprimento às obrigações de prestar informação ao público, nomeadamente por ser uma incubadora certificada pelo IAPMEI e também por ser uma entidade adjudicante. Durante o ano de 2023 o site foi permanentemente atualizado.

PK





Ciente do seu papel em relação às entidades que constituem o seu corpo associativo, manteve uma relação de articulação com todos sem deixar de dar a conhecer as suas atividades e disponibilizar informações pertinentes aos públicos que serve, cumprindo simultaneamente os objetivos públicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e indo ao encontro dos interesses das empresas da região e associadas da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, além do rigoroso cumprimento dos dever de informação e de entrega de relatórios das suas atividades que advêm dos contratos que formalizou.

Tendo em conta que o seu fim último é o desenvolvimento económico (no Município de Paços de Ferreira e do conjunto das suas empresas) e com ele garantir o bem-estar dos cidadãos residentes no respetivo território, a Moveltex tem assumido uma comunicação institucional, através da manutenção da sua página própria – site – (que atualizou) e uma página de Facebook, Instagram e LinkedIn, para além de ter, sempre que necessário, tentado estimular a imprensa a fazer publicações sobre a sua atividade ou sobre a atividades dos seus stakeholders, como se pode aferir através das publicações de imprensa com os seguintes temas: Novos órgãos sociais da Moveltex; Empreende XXI; Prémio Speed Up, ganho pela incubada MainGUILTY.

Para além das publicações de imprensa, a comunicação da Moveltex está ainda ativa nas suas redes sociais, uma vez que foram realizadas 54 publicações que versaram sobre 12 assuntos: Novos corpos sociais da Moveltex; Candidaturas à medida Empreende XXI; Programa H2O Sustainability; Creative BizTrends 4.0; Relatório de contas do ano de 2022; Literacia Financeira; Empresas incubadas; MainGUILTY vence prémio SpeedUp; Conferência “Futuro do Mobiliário”; Conferência “European Angel Investment Summit”; Vouchers para startups e Encontro de empresas incubadas.

B. PLANO ESTRATÉGICO - COORDENAÇÃO

Dando continuidade à responsabilidade de coordenar o “Plano Estratégico Paços de Ferreira 2020/2030 | Catalisar o crescimento das Empresas” que, como se recorda aqui, está alinhado sobretudo com respostas para o setor do mobiliário, o ano de 2023 foi significativamente frutífero, designadamente por viabilizar um novo modelo de governação interinstitucional.



PLANO ESTRATÉGICO
PAÇOS DE FERREIRA
2020 / 2030
MOBILIÁRIO E VESTUÁRIO



Este modelo prevê que esta estratégia seja implementada e acompanhada pelas instituições públicas e privadas com responsabilidades no desenvolvimento económico local, nomeadamente a Câmara Municipal e a Associação Empresarial de Paços de Ferreira.

Deste alinhamento resultou um planeamento e uma efetiva execução que obrigou a diversos encontros mensais e trimestrais para acompanhamento dos indicadores de realização e de impacto dos sete projetos estratégicos previstos no referido plano, designadamente:

1. Parcerias estratégicas;
2. Centro tecnologia e inovação das indústrias da madeira e mobiliário;
3. Desenvolvimento empresarial;
4. Academia profissional;
5. Centro de Business intelligence;
6. Sustentabilidade municipal;
7. Centro de exibição das artes do mobiliário.

Deste modelo de governação emergiram novas figuras necessárias à sua implementação: Sponsor (Sp), Project Leader (PL), Steering Committee (SC).

No decurso da implementação seguiram-se as definições prévias propostas no plano estratégico desenvolvido pela universidade católica, quando existiam, nomeadamente as sugestões de sponsor por projeto e de Project Leader, bem como a criação do SC, cuja composição é a seguinte: representantes da Câmara Municipal, da Associação Empresarial e da Moveltex e os PL's de cada um dos sete projetos estratégicos, bem como por representantes da entidade que

fez acompanhamento (Universidade Católica Portuguesa) no 1.º ano de implementação. O SC reuniu quatro vezes.

Do conjunto dos sete projetos definidos no plano foi possível iniciar cinco:

Projeto estratégico	<i>Project leader</i>
Parcerias estratégicas	João Vasconcelos
Centro tecnologia e inovação das indústrias da madeira e mobiliário	Patrícia Castro
Desenvolvimento empresarial	Filipa Belo
Academia profissional	Sílvia Azevedo
Centro de Business <i>intelligence</i>	Cláudio Pereira
Sustentabilidade municipal	sem nomeação
Centro de exibição das artes do mobiliário	sem nomeação

Os Project Leaders reuniram-se com regularidade mensal, salvo nos meses de agosto e dezembro, para fazer a articulação dos projetos e preparem-se para as reuniões de SC.

C. APOIO TÉCNICO AO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Sendo um dos projetos estratégicos, o Centro de tecnologia e Inovação mereceu um empenhamento especial da Moveltex durante o Ano de 2023. Tendo em vista apoiar a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a que Paços de Ferreira pertence, e que inclui este Centro como uma das suas prioridades estratégicas, o que permite aceder a apoios públicos para a sua criação, a Moveltex realizou cinco reuniões técnicas (com a Comunidade Intermunicipal e com entidades do sistema científico nacional), uma visita de benchmarking, colaborou na elaboração do plano preliminar de arquitetura, no desenvolvimento dos estatutos, na criação de 2 consórcios de Investigação e desenvolvimento, para além da presença em diversos eventos relacionados com a criação deste centro.

D. INCUBAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A incubação e o empreendedorismo são um dos pilares históricos da Moveltex, o que foi assegurado durante 2023, através da sua incubadora e dos serviços por ela prestados às 20 empresas que durante o ano aí tiveram atividade. Dos vários serviços, por serem os mais recentes, destacam-se os associados ao Empreende XXI (e as atividades ligadas a este programa) e a mentoria a projetos empresariais e/ou ideias de negócio.



Desempenho da incubadora e dos seus incubados

A atividade da incubadora decorreu com normalidade durante 2023, mantendo-se uma elevada taxa (82,4%) de ocupação dos espaços disponíveis e uma média de empresas para os 12 meses do ano de 13,9. No conjunto foram 20 empresas (11 em incubação física e 9 em incubação virtual) as que desenvolveram operações em parte do ano de 2023, ocupando as 9 salas dedicadas aos empreendedores e que foram utilizadas pelos seus 26 colaboradores. A estabilização da procura por espaços de incubação e os preços relativamente competitivos permitiram manter a elevada taxa de ocupação.

A média de idade das empresas incubadas foi de 30 meses.

A incubadora manteve a certificação do IAPMEI em 2023 e apresentou o pedido de renovação para 2024.

Empresa incubada (MainGUILTY) vence prémio Speed Up

Em termos qualitativos, a avaliar pelo reconhecimento externo das empresas incubadas e objeto de intervenção da Moveltex, o ano de 2023 foi positivo. Um dos projetos incubados (a MainGUILTY), beneficiária de espaço de incubação e de mentoria da Moveltex, venceu o prémio Speed Up (<https://desafios.aeportugal.pt/publicacao/desafios-5-0-distinguiu-seis-projetos-com-o-premio-speed-up/>), no âmbito do projeto Desafios 5.0 promovido pela Associação Empresarial de Portugal (AEP). Nesta iniciativa da AEP participou uma outra incubada (nott) que também se manteve no concurso até uma fase final.



No mesmo período, a Moveltex participou em projetos como, Portugal Empreende 4.0, destinado a apoiar os jovens qualificados na criação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica e conhecimento intensivo, ao abrigo do qual foram incubados dois projetos empresariais, DigitalTwins e FOZ Furniture. O programa permitiu o acesso a uma bolsa de mentoria gratuita e à medida do projeto, bem como a incubação na nossa infraestrutura, o acesso a um conjunto de workshops em formato online para ajudar projetos com ferramentas de gestão, administrativas e de apoio à formalização de candidaturas.

O programa Vouchers para startups, promovido pelo IAPMEI, foi divulgado pela Moveltex e obteve candidaturas do território. A medida, que se destina a Startups que assumam a forma de PME, de qualquer natureza ou forma jurídica, que tenham sido criadas há menos de 10 anos. A iniciativa visa apoiar o desenvolvimento de modelos de negócio, produtos ou serviços digitais, escaláveis, e/ou que se caracterizem pela utilização de dados abertos ou de inteligência artificial



com contributo positivo para a transição climática, que fomentem a economia circular ou que constituam novas soluções de produção energética.

Inquérito de satisfação às incubadas

De forma a conhecer a opinião e o nível de satisfação das empresas incubadas em relação à Moveltex, foi elaborado um inquérito que foi enviado às mesmas no final do ano de 2023 (anexo 3) Este formulário obteve resposta de 8 das 20 empresas. Tendo-lhes sido solicitado para que pontuassem de 1 (mau) a 5 (excelente) a sua perceção sobre os indicadores infra, apresenta-se na seguinte tabela a síntese dos resultados desta auscultação:

• Como avalia as infraestruturas (instalações e equipamento) disponibilizados	37,5% - 5 25% - 4 37,5% - 3
• Como avalia os serviços prestados?	50% - 5 37,5% - 4 12,5% - 3
• Como avalia o desempenho da Direção da Moveltex?	62,5% - 5 25% - 4 12,5% - 3
• Recomendaria a Moveltex?	75% - 5 12,5% - 4 12,5% - 3

Na tabela acima pode-se verificar que a avaliação atribuída às infraestruturas revela que as mesmas não estão em boas condições. Por outro lado, os serviços prestados são considerados eficientes pelas empresas incubadas. Uma grande maioria delas considera mesmo 'excelente' o desempenho da direção da Moveltex afirmando que recomendariam a incubadora.

Eventos organizados



A Moveltex realizou o encontro anual de empresas incubadas, no dia 28 de novembro 2023. Este encontro permitiu a partilha de conhecimento e o networking empresarial, fundamental para o fortalecimento das relações entre as empresas. Nesta reunião de divulgação dos projetos empresariais da Moveltex, foram ainda apresentados os resultados da incubadora e explicada a situação atual da instituição, designadamente a situação das atuais instalações. O encontro contou ainda com um convidado especial para divulgar oportunidades de financiamento disponíveis e a recolha de sugestões para inclusão no próximo plano de atividades.

Foi ainda assegurada a manutenção do edifício e otimização dos serviços afetos à incubação.

Além desta iniciativa, a Moveltex promoveu a jornada Creative BizTrends 4.0, que foi incluída no contexto do Ano Municipal da Economia e que ocorreu no dia 26 de maio de 2023, no Museu Municipal de Paços de Ferreira.

O objetivo desta sessão foi o incremento das competências empresariais relevantes para a inovação, competitividade e internacionalização das PME no agregado económico das indústrias culturais e criativas, nos negócios, produtos, serviços e conteúdos culturais e criativos nacionais através da capacitação dos empreendedores em áreas como a indústria 4.0, a economia digital, a literacia financeira e acesso a financiamento, a inserção e progressão em cadeias de valor nacionais e internacionais, e a intensificação de atividades inovadoras, visando o aumento de competitividade dos criadores, talentos e das PME nas indústrias culturais e criativas, nas Regiões Norte e Centro de Portugal.



Ao longo do ano de 2023, além da realização de um encontro de empresas incubadas, foram assegurados e efetivamente prestados os serviços de consultoria comprometidos e foram mantidas as bolsas de parceiros; foram ainda divulgadas as empresas incubadas e os seus serviços, assim como foram partilhados os eventos realizados na rede PortusPark, a que a Moveltex pertence, com a sua comunidade de empresas.

Empreendedorismo

Os potenciais empreendedores que procuram o Espaço Empresa para criar o seu negócio ou obter informações para apoios públicos disponíveis são, depois de uma primeira reunião com o técnico no front-office, são acompanhados pelos serviços a Moveltex que asseguram os esclarecimentos ou encaminhamento e apoio técnico e apoio à decisão dos empreendedores.



Para além deste atendimento e apoio direto a potenciais empreendedores, durante o ano de 2023 para apoiar os empreendedores da região a incubadora da Moveltex, de acordo com a candidatura que havia submetido, prestou serviços no âmbito da medida Empreende XXI promovida pelo IEFP/ Startup Portugal, destinada a empreendedores inscritos no IEFP, com mais de 18 anos e que possua uma ideia de negócio económico-financeiramente viável. Apoiar a

criação e desenvolvimento de novos projetos empresariais, num montante até 85% do total elegível, 40% via subsídio não reembolsável e 45% via empréstimo sem juros. Os restantes 15% deverão ser assegurados por capitais próprios.

Nesta medida, a incubadora contratou 12 técnicos externos para prestarem apoio prévio à criação e estruturação dos projetos. Foram submetidas 35 candidaturas, das quais foi aprovada uma até ao final de 2023. Foram remetidos para análises de viabilidade 30 projetos dos quais 26 foram submetidos até ao final de 2023 e os restantes encontram-se a decorrer. Os pedidos de pagamento das análises com decisão final proferida pela IEFP estão a ser realizados.

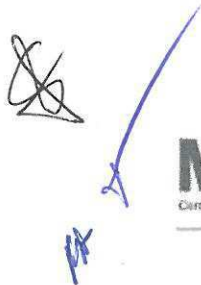
E. ANO MUNICIPAL DA ECONOMIA

Por iniciativa municipal, em Paços de Ferreira, o ano de 2023 foi dedicado à economia. A Câmara Municipal solicitou à Moveltex que coordenasse e executasse algumas das ações desenvolvidas e que procuravam sensibilizar a comunidade para o valor e impacto do ecossistema económico de Paços de Ferreira.



No seu desenvolvimento foram considerados cinco objetivos estratégicos: contribuir para os ecossistemas económicos, informar o município sobre os setores estratégicos, promover ligações estratégicas ao nível do Habitat Sustentável e da Fileira Casa, promover internacionalmente a marca Capital do Móvel e capacitar o ecossistema empresarial para a transição climática e transição digital.

Deste propósito sucederam-se 5 projetos estratégicos: Indústria na Minha Terra, Ecossistema Empresarial, Cidade Digital, Centro de Tecnologia e Inovação do Mobiliário e Pioneering the Future of Furniture/Futuro do Mobiliário (PFF).



Do trabalho desenvolvido no âmbito desta iniciativa municipal em 2023 estão ainda em curso várias atividades. Estas iniciativas permitiram criar ou manter relações de cooperação com 4 grandes comunidades científicas (Aveiro, Porto, Braga e Viseu).

F. APOIO ÀS EMPRESAS, EMPREENDEDORES E INVESTIDORES

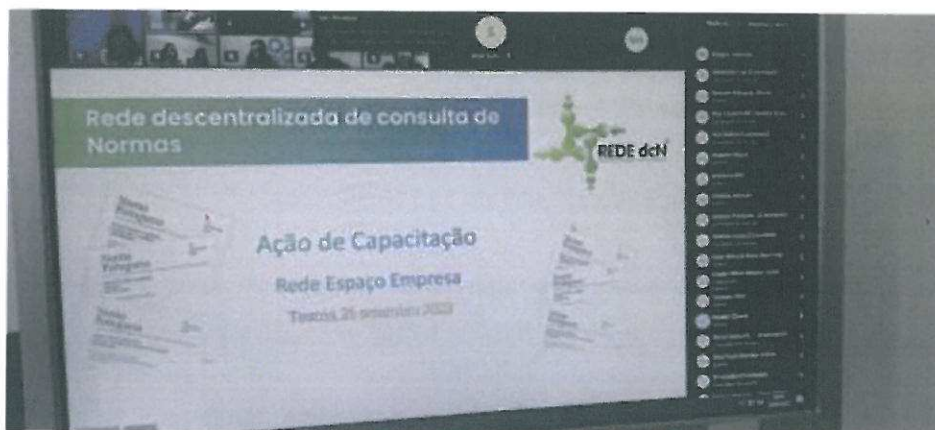
Neste ponto em particular, o apoio direto às empresas, empreendedores e investidores é feito através do Espaço Empresa/Balcão das Empresas. Nele, a Moveltex assegurou a coordenação dos serviços prestados no Espaço Empresa (protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o IAPMEI) e ainda assegurou parte dos serviços prestados (e que antes da sua criação, em 2018, correspondiam ao Balcão das Empresas).

Este espaço destinado às empresas e aos empresários no Município de Paços de Ferreira, pioneiro em Portugal, é (o Espaço Empresa) um serviço protocolado com o IAPMEI e a AMA – Agência para a Modernização Administrativa. Aqui são prestadas informações (através do espaço físico ou através de meios eletrónicos – telefone ou meios digitais), dado aconselhamento e apoio, de forma rápida e ajustada às necessidades de cada empresa. No Espaço Empresa, é feito um atendimento assistido, nos serviços digitais disponibilizados ao empresário, prestada informação sobre os mesmos, em diversas entidades públicas nacionais, um atendimento mediado para processos de licenciamento em que a Câmara Municipal de Paços de Ferreira é entidade coordenadora e são ainda prestadas informações de natureza municipal. O serviço é prestado fisicamente nas instalações da Moveltex (antiga Esquadra 12) por um técnico da Câmara Municipal, que durante o ano de 2023 acumulou essa atividade com a prestação de outro serviço municipal relacionado com a empregabilidade, apoiado pelos serviços da Moveltex.

Do conjunto dos serviços efetuados no Espaço Empresa/Balcão das Empresas, o quadro seguinte mostra por tipologia de serviço os 172 casos acompanhados:

Elaboração de propostas	19
Incentivos Municipais	1
Bolsa de oportunidades	21
Articulação com Serviços CMPF	20
Articulação com outras autoridades	71
Informações diversas	61

Do conjunto de serviços supra referenciados, a Moveltex intervém diretamente para complementar o que não é feito pelo técnico no posto de atendimento, designadamente prestando apoio à instalação e ao investimento no território municipal, prestando apoio aos negócios de empresas com operações no concelho de Paços de Ferreira, articulando a informação entre diferentes entidades, públicas ou privadas, por solicitação das empresas e/ou empresários e fazendo o acolhimento de empreendedores/investidores e/ou empresários que procuram os produtos/serviços das empresas locais.

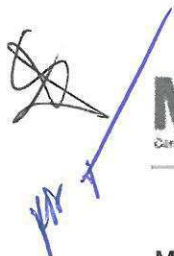


Durante o ano de 2023 este serviço foi reforçado com a formação de um técnico da Moveltex e dois novos técnicos do município para ficarem habilitados a prestar o serviço de atendimento no Espaço Empresa/Balcão das Empresas.

À margem das atividades do Balcão das Empresas/Espaço Empresa, mas ainda enquadrado na questão do apoio às empresas, participou-se na formação "Rede descentralizada de consulta de Normas" (via Teams), ação promovida pelo Instituto Português de Qualidade (IPQ), em parceria com o IAPMEI. Esta formação teve o propósito de dinamizar uma rede centralizada de consultas e normas, com o envolvimento da rede Espaço Empresa, bem como, promover a adoção e utilização das normas pelos agentes económicos, nomeadamente através da disponibilização em proximidade do agregado normativo eletrónico nacional.

Apoio às empresas e comércio local

Respondendo às mudanças da nossa sociedade que requerem novas respostas dos comerciantes, a Moveltex, em articulação com a AEPF e CMPF propôs um plano de ações destinado a desenvolver e apoiar o comércio local. Algumas das ações previstas incluem-se no âmbito do projeto aprovado na candidatura ao Bairro Digital Capital do Móvel, com uma dotação de cerca de 913 mil euros, destinados a intervir no espaço público, a dotar a área do bairro de tecnologias digitais e de comunicação que permitam uma melhor experiência e conhecimento. A



Moveltex tem acompanhado permanentemente o evoluir do projeto Bairro Digital da Capital do Móvel.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2023 verificou-se uma ligeira diminuição do Resultado Líquido face a 2022, que é positivo em 2.193,03 euros (2.285,93 euros em 2022).

As principais variáveis conheceram o seguinte movimento:

- As Prestações de Serviços cifraram-se no valor de 15 719.90 euros.
- Os Fornecimentos e Serviços Externos verificaram uma diminuição de cerca de 19%, diminuição esta explicada, principalmente, com a diminuição dos trabalhos especializados;
- Verificou-se também um aumento com os Gastos com Pessoal, tendo para tal contribuído o facto de se ter atualizado o salário do diretor executivo e com os trabalhos desenvolvidos na sequência da aprovação do plano estratégico e do seguimento que se lhe deu, em especial, aos esforços para a criação, em Paços de Ferreira, do Centro Tecnológico para a Indústria da Madeira e do Mobiliário.

4. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2023, a empresa não tinha quaisquer dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A MOVELTEx obteve um resultado líquido positivo de 2.193,03 euros (Dois Mil Duzentos Cento e Noventa e Três Euros e Três Cêntimos), propondo-se a transferência para as rubricas de Reservas Legais (109,65 euros) e de Resultados Transitados (2.083,38 euros).

6. AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos empreendedores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Às pessoas e instituições que colaboram com a Moveltex, a todos os parceiros e aos Auditores, a quem também gostaríamos de deixar uma mensagem de apreço, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Associação.

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

A Direção

Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira

Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira – Presidente

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito – Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida

Ricardo Paulo Vasques de Almeida – Vogal

00013763

Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

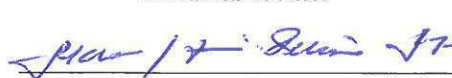
(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	172 805,33	177 996,68
Ativos intangíveis	6	1 363,33	1 403,33
Outros investimentos financeiros	14.1	1 490,72	1 406,40
Subtotal		175 659,38	180 806,41
Ativo corrente			
Clientes	14.3	30 385,00	21 053,33
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.8	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.12	0,00	0,00
Outros créditos a receber	14.4	0,00	21 903,70
Diferimentos	14.9	14,38	26 989,23
Caixa e depósitos bancários	14.5	38 266,43	12 441,15
Subtotal		68 665,81	82 387,41
Total do ativo		244 325,19	263 193,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	200 000,00	200 000,00
Reservas	14.6	2 272,90	2 158,60
Resultados transitados	14.6	-157 520,36	-159 691,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	104 641,22	108 371,00
Resultado Líquido do período		2 193,03	2 285,93
Total do fundo do patrimonial		151 586,79	153 123,54
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.10	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.7	8 639,83	33 538,81
Adiantamentos de clientes	14.3	0,00	839,60
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.8	8 602,02	3 672,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	37 595,04	37 595,04
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	14.9	0,00	7 853,34
Outras dívidas a pagar	14.10	37 901,51	26 570,59
Subtotal		92 738,40	110 070,28
Total do passivo		92 738,40	110 070,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		244 325,19	263 193,82

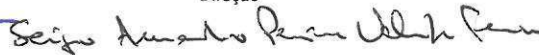
Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024.

O Contabilista Certificado

Direção



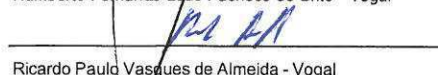
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente



Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		(valores em Euro)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	15 719,90	30 827,13
Subsídios, doações e legados à exploração	14.11	174 347,54	129 960,46
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-90 527,96	-111 304,73
Gastos com o pessoal	12	-87 743,96	-43 950,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3	-8 338,91	0,00
Outros rendimentos	14.13	4 240,80	3 729,78
Outros gastos	14.14	-28,64	-1 066,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 668,77	8 196,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-5 231,35	-5 231,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 437,42	2 964,76
Juros e rendimentos similares obtidos	14.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		2 437,42	2 964,76
Imposto sobre o rendimento do período	11 ; 14.8	-244,39	-678,83
Resultado líquido do período		2 193,03	2 285,93

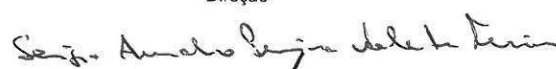
Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado



Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

Direção



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						(valores em Euro)	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
1	1	200 000,00	2 158,60	-158 696,92	112 100,78	-995,07	154 567,39	154 567,39	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-995,07	0,00	995,07	0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78	-3 729,78	
2	2	0,00	0,00	-995,07	-3 729,78	995,07	-3 729,78	-3 729,78	
3	3					2 285,93	2 285,93	2 285,93	
4=2+3	4=2+3					3 281,00	-1 443,85	-1 443,85	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6=1+2+3+4	14.6	200 000,00	2 158,60	-159 691,99	108 371,00	2 285,93	153 123,54	153 123,54	

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado


Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

A Direção



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente


Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal


Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					(valores em Euro)	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	200 000,00	2 158,60	-159 691,99	108 371,00	2 285,93	153 123,54	153 123,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	114,30	2 171,63	0,00	-2 285,93	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78	-3 729,78
	2	0,00	114,30	2 171,63	-3 729,78	-2 285,93	-3 729,78	-3 729,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					2 193,03	2 193,03	2 193,03
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					-92,90	-1 536,75	-1 536,75
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6=1+2+3+4	200 000,00	2 272,90	-157 520,36	104 641,22	2 193,03	151 586,79	151 586,79

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado


Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

A Direção


Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente

Humberto Fernando Pacheco de Brito - Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		11 260,08	22 442,96
Pagamento a fornecedores		-88 452,09	-110 148,18
Pagamentos ao pessoal		-77 324,23	-43 325,29
Caixa gerada pelas operações		-154 516,24	-131 030,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-678,83	-383,18
Outros recebimentos/pagamentos		181 104,67	129 349,33
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25 909,60	-2 064,36
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		84,32	247,20
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-84,32	-247,20
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	1 000,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		0,00	-1 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		25 825,28	-3 311,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 441,15	15 752,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.5	38 266,43	12 441,15

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

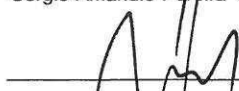
Direção



Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente


Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal


Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada TECVAL – Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação), é uma Associação sem fins lucrativos de Direito Privado, constituída em 29 de Julho de 2004, pelos Associados fundadores:

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira; e
- Profisousa – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa.

A Associação tem (i) a sua sede na Rua Dr. Nicolau Carneiro, 196, Concelho de Paços de Ferreira e (ii) por objeto social, a gestão de infra-estruturas de acolhimento e incubação de recém criadas empresas de novas tecnologias e a prestação de serviços às empresas acolhidas ou incubadas, incluindo formação profissional e ou empresarial. Para o efeito dispõe de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica para acolher Empresas de base tecnológica e Instituições ligadas à envolvente externa na Zona do Vale do Sousa.

É da opinião da Direção que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2023.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;



- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

O DL n.º 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL n.º 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (SNC) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente



atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação, encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	7 a 14
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Associação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada o qual varia entre 3 e 4 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

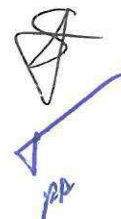
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outros créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outros créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

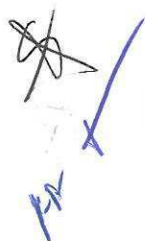
A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no fundo patrimonial, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no fundo patrimonial exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são aqueles que não sejam os que estão relacionados com ativos. Estes são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8: Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

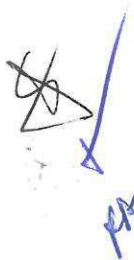
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	103 848,15	0,00	0,00	0,00	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	-1 176,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 176,92
Total	357 936,52	0,00	0,00	0,00	0,00	357 936,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	79 315,29	4 933,04	0,00	0,00	0,00	84 248,33
Equipamento básico	99 178,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	695,80	133,31	0,00	0,00	0,00	829,11
Outros activos fixos tangíveis	750,00	125,00	0,00	0,00	0,00	875,00
Total	179 939,84	5 191,35	0,00	0,00	0,00	185 131,19
Total (1)-(2)	177 996,68	-5 191,35	0,00	0,00	0,00	172 805,33

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	103 848,15	0,00	0,00	0,00	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	-1 176,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 176,92
Total	357 936,52	0,00	0,00	0,00	0,00	357 936,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	74 382,25	4 933,04	0,00	0,00	0,00	79 315,29
Equipamento básico	99 178,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	562,50	133,30	0,00	0,00	0,00	695,80
Outros activos fixos tangíveis	625,00	125,00	0,00	0,00	0,00	750,00
Total	174 748,50	5 191,34	0,00	0,00	0,00	179 939,84
Total (1)-(2)	183 188,02	-5 191,34	0,00	0,00	0,00	177 996,68



6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	118 949,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 989,25
Total	118 949,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 989,25
Total (1)-(2)	1 403,33	-40,00	0,00	0,00	0,00	1 363,33

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	118 909,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 949,25
Total	118 909,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 949,25
Total (1)-(2)	1 443,33	-40,00	0,00	0,00	0,00	1 403,33

7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Financiamentos Obtidos é nula.

8. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Vendas (1)	0,00	0,00
Serviços Prestados a Clientes e Utentes	15 719,90	30 827,13
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Prestação de Serviços (2)	15 719,90	30 827,13
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Juros, Royalties e Dividendos (3)	0,00	0,00
Total (1)+(2)+(3)	15 719,90	30 827,13

9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias

Provisões

Nos períodos de 2023 e 2022, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023, a Entidade recebeu um subsídio por parte da Câmara Municipal de paços de Ferreira, no âmbito dos seus fins estatutários. Reconheceu ainda um proveito relacionado com a medida Empreende XXI do IEFP.



11. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado	82,87	132,69
Tributação Autónoma	161,52	546,14
Total	244,39	678,83

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

Descrição	2023	2022
Imposto Corrente	244,39	678,83
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	244,39	678,83

12. Benefícios dos empregados

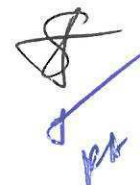
Para os períodos de 2023 e 2022, foram reconhecidos os seguintes Gastos com Pessoal:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	67 804,78	36 484,38
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	19 380,57	7 165,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	558,61	300,10
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	87 743,96	43 950,31

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foi de:

	2023	2022
Número médio de empregados	2	1
Número de empregados no fim do período	2	1



13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2023 a entidade não possuía dívidas ao Estado, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

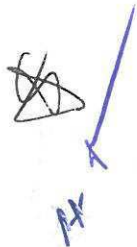
De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Investimentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2023, o montante evidenciado em Outros Investimentos Financeiros refere-se à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 1.490,72 euros.

O DL 115/2023, de 15 de Dezembro procede à 3ª alteração à Lei 70/2013, alterando o regime jurídico do FCT, a sua natureza e finalidades. O FCT passa a ser um Fundo fechado, cessando definitivamente, quer a obrigação de registo de novos empregadores e inserção de novos contratos de trabalho, quer a obrigação de atualização dos contratos já existentes, quer, ainda, a obrigação de realizar entregas para o Fundo. Mantém-se a finalidade do Fundo em assegurar o reembolso de até 50% da compensação devida por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores incluídos no FCT, mas a esta finalidade juntam-se o financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores, o apoio aos custos e investimentos com habitação dos trabalhadores e ainda o apoio a outros investimentos de interesse mútuo para empregador e trabalhadores, designadamente refeitórios e creches.





14.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
- AEPF	20 540,42	20 540,42
- Profisousa	17 054,62	17 054,62
Total	37 595,04	37 595,04

14.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	30 385,00	21 053,33
Clientes	30 385,00	21 053,33
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	8 809,74	470,83
Clientes	8 809,74	470,83
Utentes	0,00	0,00
Total (1)	39 194,74	21 524,16
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	-8 809,74	-470,83
Clientes	-8 809,74	-470,83
Utentes	0,00	0,00
Total (2)	-8 809,74	-470,83
Total (1)+(2)	30 385,00	21 053,33
Adiantamentos de Clientes e Utentes c/c	0,00	-839,60
Clientes	0,00	-839,60
Utentes	0,00	0,00

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Cientes	8 338,91	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	8 338,91	0,00

14.4. Outros créditos a receber

A rubrica de “Outros créditos a receber”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	14 050,36
Outros Devedores	0,00	7 853,34
Total	0,00	21 903,70

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	83,52	42,37
Depósitos à ordem	38 182,91	12 398,78
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	38 266,43	12 441,15

14.6. Fundos Patrimoniais

O Fundo Social da MOVELTEX, em 31 de Dezembro de 2023, encontra-se totalmente realizado e detalha-se como segue:

Associados	31.12.2023		31.12.2022	
	% Participação	Património	% Participação	Património
AEPF	63,64%	127 272,73	63,64%	127 272,73
CMPF	27,27%	54 545,45	27,27%	54 545,45
Profisousa	9,09%	18 181,82	9,09%	18 181,82
	100%	200 000,00	100%	200 000,00



Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	2 158,60	114,30	0,00	2 272,90
Resultados transitados	-159 691,99	2 171,63	0,00	-157 520,36
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	108 371,00	0,00	-3 729,78	104 641,22
Resultado líquido do período	2 285,93	2 193,03	-2 285,93	2 193,03
Total	153 123,54	4 478,96	-6 015,71	151 586,79

Distribuição de Resultados

O Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2022 de 2.285,93 euros (Dois Mil Duzentos e Oitenta e Cinco Euros e Noventa e Três Cêntimos) foi transferido para a rubrica de reservas legais (114,30 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (2.171,63 euros).

Outras Variações no Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, detalha-se como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2021	112 100,78
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2022	108 371,00
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2023	104 641,22

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	8 639,83	33 538,81
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total Fornecedores	8 639,83	33 538,81

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos	244,39	678,83
Retenção Imposto sobre Rendimento	1 480,65	1 030,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 210,78	435,62
Segurança Social	2 666,20	1 483,16
Outros Impostos e Taxas	0,00	44,54
Total	8 602,02	3 672,90

14.9. Diferimentos

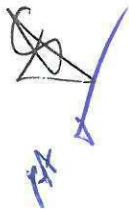
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer:		
Seguros	14,38	14,03
Outros	0,00	26 975,20
Total	14,38	26 989,23
Rendimentos a reconhecer:		
Subsídios	0,00	7 853,34
Total	0,00	7 853,34

14.10. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	4 195,54	0,00	1 800,67
Credores por acrescimos de gastos	0,00	13 665,66	0,00	5 640,80
Remunerações a pagar	0,00	13 665,66	0,00	5 640,80
Outras credores por acrescimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	20 040,31	0,00	19 129,12
Total	0,00	37 901,51	0,00	26 570,59



As Outras Dívidas a Pagar incluem 13.665,66 euros (em 2022: 5.640,80 euros) de credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2023 e a liquidar em 2024.

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade no período de 2023 reconheceu um subsídio recebido por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira no montante de 110.000 euros (em 2022: 60.000 euros).

Foi também reconhecido em 2023 um proveito no montante de 7.074,74 euros referente à medida Empreende XXI do IEFP:

14.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Trabalhos Especializados	85 057,49	98 321,51
Deslocações e Estadas	3 408,76	5 293,03
Honorários	778,55	2 612,59
Comunicação	580,11	533,73
Limpeza, Higiene e Conforto	364,38	282,14
Material de Escritório	141,17	235,67
Serviços Bancários	127,80	74,30
Publicidade e Propaganda	51,54	0,00
Contencioso e Notariado	0,00	94,36
Despesas de Representação	0,00	3 817,20
Outros	18,16	40,20
Total	90 527,96	111 304,73

14.13. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Imputação do Subsídio para Investimento	3 729,78	3 729,78
Outros rendimentos e ganhos	511,02	0,00
Total	4 240,80	3 729,78

O montante evidenciado na rubrica subsídios, respeita ao reconhecimento do proveito relacionado com o subsídio obtido relacionado com o contrato de concessão de incentivos, celebrado em 2005, com o IAPMEI (POR/2005/0013/3.1/DREN).

14.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	5,22	3,17
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	812,40
Outros Gastos e Perdas	23,42	250,66
Total	28,64	1 066,23

14.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, não foram reconhecidos gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

14.16. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 18 de Março de 2024.

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

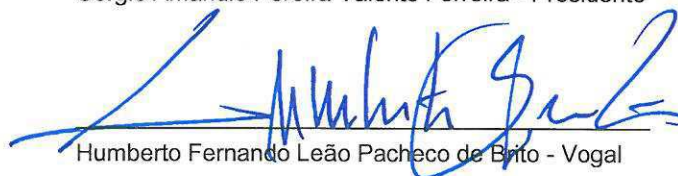
A Direção



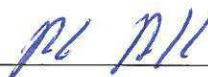
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente



Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

Declaração de responsabilidade

Certificação Legal das Contas - Exercício de 2023

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC 207)
Rua de Chãos n.º 64
4630 – 275 Marco de Canaveses

Paços de Ferreira, 28 de Março de 2024

Exmos. Senhores



Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame (Certificação Legal das Contas) das Demonstrações Financeiras da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023, (que evidencia um total de Balanço de 244.325,19 euros e um total de Fundo Patrimonial de 151.586,79 euros, incluindo um Resultado Líquido Positivo de 2.193,03 euros) a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos do período findo naquela data.

1. Consideramos ser responsabilidade da Direcção fazer com que as Demonstrações Financeiras representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do MOVELTEX, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património do MOVELTEX.
2. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2023, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do MOVELTEX, os seus resultados e/ou as suas atividades.

3. Foram-vos facultadas diversas atas disponíveis relativas às diversas reuniões dos órgãos sociais do MOVELTEX e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação.
4. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das nossas demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.
5. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. O MOVELTEX tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu e cuja falta de aderência possa ter efeitos importantes nas demonstrações financeiras.
6. As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade do MOVELTEX que nelas devem figurar.
7. Os créditos a receber evidenciados no balanço montante de 30.385,00 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2023. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano.
8. Todo o passivo do MOVELTEX de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2023. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:
 - (1) Consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações com entidades afins e/ou com interesses no MOVELTEX, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.



(2) Não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregamos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.

9. Procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- (1) Contas a receber ou a pagar em nome de entidades afins ou associadas do MOVELTEX, tais como subsidiárias, afiliadas, principais Associados, Directores, gestores, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades.
- (2) Acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares.
- (3) Acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço.
- (4) Outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade do MOVELTEX.
- (5) Garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios

9. Não temos projetos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.

10. Confirmamos que não existem outras contas bancárias abertas fora do Território Português, para além das que forma fornecidas.

11. Confirmamos que não existem outros advogados para além dos que vos foram indicados.

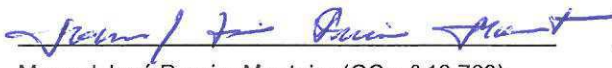
12. Confirmamos que existem procedimentos sobre o branqueamento de capitais, e até à presente data não foram encontradas quaisquer irregularidades sobre esta matéria.

13. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a fraude ou a suspeita de fraude de que tivemos conhecimento e que afete a entidade envolvendo:

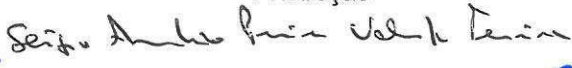
- A Direção;
- Empregados com cargos importantes no controlo interno; ou
- Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas Demonstrações Financeiras (ISA 240).

14. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados ou outros (ISA 240).
15. Confirmamos que vos foram dados conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras (ISA 250).
16. Confirmamos que vos foram dados conhecimento da identidade das partes relacionadas da entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento (ISA 550).

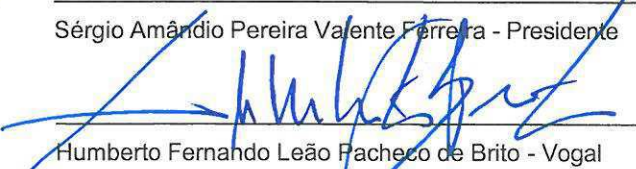
O Contabilista Certificado


Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

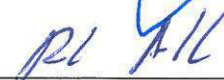
A Direção



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente



Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito - Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

**Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal**

Senhores Associados,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do MOVELTEX. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos do MOVELTEX.

3 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da MOVELTEX e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação do MOVELTEX evidenciando os aspetos mais significativos;

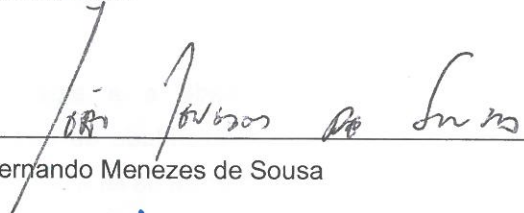
iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

4 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e Serviços e as conclusões constantes na Certificação Legal das Contas, a qual, foi emitida nesta data sob a modalidade de sem reservas e sem ênfases, somos do parecer que:

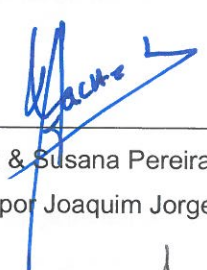
- i) seja aprovado o Relatório de Atividades (Relatório de Gestão da Direção);
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Paços de Ferreira, 28 de março de 2024

O Conselho Fiscal



João Fernando Menezes de Sousa



Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)
representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC 1.157



Maria Fernanda Ribeiro Monteiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 244.325,19 euros e um total de fundos patrimoniais de 151.586,79 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.193,03 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

1/3



preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de



acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

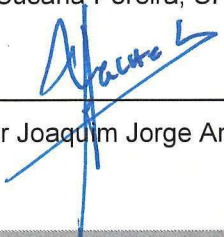
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 28 de Março de 2024

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)


Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157